



**A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA CIDADE
DE FRANCA COMO RESULTADO
DO MOVIMENTO DE RETROCESSO
DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
BRASILEIRO**

**THE DEINDUSTRIALIZATION IN THE CITY OF FRANCA
AS A RESULT OF THE BACKWARD MOVIMENT OF BRAZILIAN
ECONOMIC DEVELOPMENT**

A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA CIDADE DE FRANCA COMO RESULTADO DO MOVIMENTO DE RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

THE DEINDUSTRIALIZATION IN THE CITY OF FRANCA AS A RESULT OF THE BACKWARD MOVIMENT OF BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT

Murilo Cordero Leal¹ | Hélio Braga Filho²

Recebimento: 21/06/2022

Aceite: 01/08/2023

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional (Uni-FACEF).

Franca – SP, Brasil.

E-mail: mucordero@yahoo.com.br

² Doutor em Serviço Social (UNESP).

Docente do Centro Universitário Municipal de Franca.

Franca – SP, Brasil.

E-mail: hgt@com4.com.br

RESUMO

O objetivo do artigo foi examinar algumas das principais mudanças que ocorreram na economia brasileira e que influenciaram o seu desenvolvimento econômico. Analogamente, examinamos o que também ocorreu com a economia e, conseqüentemente, com o desenvolvimento econômico do município paulista de Franca. O desenvolvimento econômico brasileiro pode ser compreendido como um processo cuja trajetória descreve um movimento de avanço, que é marcado pelo rompimento do modelo agroexportador e modernização da economia através da industrialização, com início nos anos de 1930; e um movimento de retrocesso, iniciado nos anos 90, que é marcado pela redução da participação da indústria no PIB e retorno das commodities agrícolas e de minerais como principais produtos na pauta de exportações brasileiras. A indústria calçadista francana sofreu influência de ambos os movimentos, o que ocasionou na perda de participação da indústria na composição do Valor Adicionado Total na economia do município, bem como no percentual de participação nos vínculos ativos formais entre os grandes setores da economia. Os procedimentos metodológicos adotados basearam-se numa pesquisa bibliográfica acrescida pelo emprego de indicadores econômicos e pelo método de análise regional baseado no Coeficiente de Reestruturação. O resultado da pesquisa mostrou-nos que, entre os anos de 1985 e 2020, ocorreu significativa mudança na estrutura da economia francana.

Palavras-chave: Desindustrialização. Desenvolvimento Econômico. Indústria.

ABSTRACT

The objective of the article was to examine some of the main changes that occurred in the Brazilian economy and that influenced its economic development. Analogously, we examined what also happened to the economy and, consequently, to the economic development of the São Paulo municipality of Franca. The Brazilian economic development can be understood as a process whose trajectory describes an advancement movement, which is marked by the rupture of the agro-export model and the modernization of the economy through industrialization, starting in the 1930s; and a backward movement, which began in the 1990s, which is marked by the reduction in the share of industry in the GDP and the return of agricultural and mineral commodities as the main products on the Brazilian export agenda. The footwear industry in Franca was influenced by both movements, which led to the loss of the industry's share in the composition of the Total Added Value in the municipality's economy, as well as in the percentage of participation in formal active links among the large sectors of the economy. The methodological procedures adopted were based on a bibliographical research added by the use of economic indicators and by the regional analysis method based on the Restructuring Coefficient. The result of the research showed us that, between 1985 and 2020, there was a significant change in the structure of the economy in Franca.

Keywords: Deindustrialization. Economic Development. Industry.

INTRODUÇÃO

Acreditamos que o desenvolvimento econômico brasileiro possa ser compreendido, além de outras interpretações, como um processo cuja trajetória descreve um movimento de avanço e outro de retrocesso. O primeiro movimento diz respeito ao rompimento com o secular modelo agroexportador e início da modernização da economia através da industrialização substitutiva de importação, ou modelo de desenvolvimento para dentro, o qual se estendeu de 1930 até por volta dos anos 1980.

Importantes mudanças ocorreram na economia e na sociedade brasileira, uma vez que a industrialização promoveu modificações na composição setorial do PIB, mesmo porque a indústria passou a ser o centro dinâmico da economia, alterou a estrutura social em virtude de uma divisão técnica do trabalho mais ampla e sofisticada, modificou a composição das exportações e das importações, como também a composição setorial dos empregos, contribuiu para acelerar a urbanização e, ainda, progressivamente modificou a própria estrutura da indústria de transformação.



Contudo, da década de 1990 em diante, a indústria de transformação recuou no ranking mundial perdendo participação no Valor Adicionado da manufatura, reduziu abruptamente sua participação no PIB, tornou-se menos competitiva, sobretudo por ser pouco inovadora, as exportações de produtos básicos (commodities agrícolas e minerais) voltaram a superar a de produtos manufaturados, o que indica tratar-se do movimento de retrocesso.

Além disso, o período de avanço contou com a presença mais efetiva do Estado, notadamente dos investimentos públicos, conquanto no período subsequente, de retrocesso, a presença do Estado fora minorada em virtude do seu nível de endividamento e do receituário neoliberal. Diante do segundo movimento, o objetivo do artigo foi verificar o que ocorreu com a economia e com a indústria de calçados do município paulista de Franca a partir da década de 1990.

Em se tratando dos procedimentos metodológicos adotados, o presente artigo foi elaborado através de uma pesquisa bibliográfica, cujas fontes de consulta foram livros e artigos acadêmicos complementada mediante o emprego de um variado conjunto de indicadores econômicos.

O artigo, contando com a introdução, compõe-se de seis seções. A primeira destinamos a expor os procedimentos metodológicos adotados. A segunda seção, contou com uma breve incursão ao pensamento econômico brasileiro que se relaciona ao desenvolvimento econômico brasileiro baseado na industrialização do país. Na sequência, examinamos através das contribuições de alguns autores, juntamente com o emprego de indicadores econômicos, o retrocesso do desenvolvimento econômico do país. A quarta seção foi dedicada a examinar o que de fato ocorreu com a economia e com a indústria calçadista do município de Franca. Finalmente, a quinta e última seção foi reservada às considerações finais.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A abordagem inicial enfatizou a relevância do pensamento econômico brasileiro baseada nas contribuições de alguns autores: Brum (1995); Furtado (1964); Curado (2013); Baer (1988) e Romão (1988). Sem se preocupar com a cronologia dessas contribuições, importou-nos senão destacá-las dado o seu conteúdo convergente à modernização da economia por meio da industrialização como estratégia do desenvolvimento econômico do país.



Após esta breve incursão que procurou retratar o processo de desenvolvimento econômico do país através da sua industrialização (movimento de avanço), passamos a examinar a trajetória da economia, notadamente da indústria de transformação e das exportações brasileiras, num contexto caracterizado por intensas mudanças na economia mundial, decorrentes da globalização, do novo paradigma tecnológico e da importância da inovação. Diante disso, com a abertura comercial, dado o quadro de obsolescência e de deficiências competitivas, a indústria de transformação do país iniciou trajetória de redução de participação no PIB, demonstrou pouca predisposição à inovação, assim como as exportações do país sinalizaram para a reprimarização da economia (movimento de retrocesso), motivo pelo qual, recorreremos às contribuições de Coutinho e Ferraz (1994); Curado (2013); Alencar [etal] (2018); Batisti (2018) e Santos (2011).

Para melhor ilustrar ambos os movimentos recorreremos à utilização de vários indicadores econômicos obtidos em fontes secundárias nacionais e internacionais de estatísticas. Na sequência, com o propósito de verificar o que ocorreu com a economia do município de Franca, notadamente com o seu principal subsetor industrial, a indústria de calçados – em decorrência dos dois movimentos que ocorreram com a economia e com a indústria de transformação brasileira –, apoiamo-nos nas contribuições de Pereira Jr. (2015); Bonelli; Pessoa (2010); Ribeiro; Pourchet (2000); Mendes [etal] (2021); como também recorreremos a indicadores econômicos municipais pertinentes à composição do PIB, exportações, quantidade de empresas e vínculos ativos formais. Para finalizar, calculamos, segundo proposto por Haddad (1989), o Coeficiente de Reestruturação para verificar se, em dado intervalo de tempo, ocorreu alguma modificação na composição setorial da economia do município paulista de Franca.

O coeficiente de reestruturação relaciona a estrutura de emprego na região j entre dois períodos, a fim de avaliar o grau de mudança na especialização desta região. Quando o coeficiente for igual a 0, não terá havido modificações na composição setorial da região. Se, por outro lado, o coeficiente foi igual a 1, terá ocorrido uma reestruturação profunda na composição setorial da região (HADDAD, 1989, p. 241).

Calcula-se o citado coeficiente através da somatória da diferença entre o percentual de participação no emprego total do setor i da região j no ano inicial (t_1) menos o ano final (t_0). No caso deste estudo, o Coeficiente de Reestruturação não se refere à região, mas sim ao município, além do que, a variável emprego corresponde ao total de vínculos ativos formais de cada grande setor de atividade econômica do município, de modo que o mesmo foi calculado segundo equação:



$$CT = \sum_i \frac{(|ie_j^{t1} - ie_j^{t0}|)}{2}$$

A CONTRIBUIÇÃO DO PENSAMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO NA FASE DE AVANÇO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Durante mais de quatro séculos, ou seja, de 1500 até por volta de 1930, a economia brasileira se manteve na divisão internacional do trabalho (DIT), como país produtor e exportador de produtos primários, cujo modelo de desenvolvimento (para fora) baseou-se nas exportações de produtos primários entre os quais, destacamos o algodão, o cacau, a borracha, o açúcar e o café.

As atividades econômicas, desde o início da colonização, são dirigidas para a exportação. Essa preponderância do setor externo se explica, basicamente, pela situação colonial e pela filosofia do mercantilismo que a acompanha. Não se cria um mercado interno, mantendo-se a imensa maioria da população, constituída de índios, pretos, mestiços e brancos pobres, submissa, em condições precárias de subsistência e marginalizada do processo econômico. De outro lado, a classe dos senhores e depois também a incipiente burguesia urbana, as únicas com rendas e padrões de consumo mais elevados, consomem produtos importados (BRUM, 1995, p.55).

O desenvolvimento brasileiro ao longo de mais de quatro séculos fora dependente da demanda externa, sua pauta de exportações limitou-se a alguns poucos produtos primários, além do que, uma de suas principais características foi marcada pelas desigualdades regionais e pela descontinuidade resultante do auge e do declínio dos ciclos econômicos.

O desenvolvimento de uma área se fazia enquanto outras, cujos recursos naturais se haviam esgotado ou cujos produtos de exportação haviam perdido os seus mercados, permaneciam estagnados ou em declínio. Como o desenvolvimento de uma área pouca ou nenhuma interferência tinha sobre as demais, as regiões que entraram em declínio, em épocas distantes, sobreviveram secularmente apoiando-se em formas de economia de subsistência, sem qualquer impulso próprio de crescimento. Explica-se, assim, a descontinuidade no desenvolvimento brasileiro e as grandes disparidades de níveis de renda entre regiões (FURTADO, 1964, p.101).

Convém observar que a manutenção do Brasil na divisão internacional do trabalho, como produtor e exportador de produtos primários, fora no período do império marcada pelo consenso protagonizado por grandes defensores do liberalismo econômico como o Visconde de Cairu e Tavares Bastos que defendiam o pensamento liberal baseado na Teoria das Vantagem Comparativas formulada por David Ricardo (CURADO, 2011).



Argumentavam que o Brasil deveria especializar-se nas atividades agrícolas e na exportação mineral, dadas as vantagens comparativas existentes, particularmente a abundância e a qualidade das terras cultiváveis (CURADO, 2013, p.611).

Muito provavelmente, os defensores da vocação agrícola da economia brasileira, conseqüentemente, da manutenção do modelo agro-exportador, não contavam com a possibilidade de uma crise econômica que pudesse desencadear efeitos danosos de amplitude mundial, até que, em 1929, a cidade de New York (EUA) torna-se-ia o epicentro do crash da sua bolsa de valores, deflagrando por sua vez, uma crise econômica mundial.

A partir de 1930 tem início a fase de desagregação da economia cafeeira. A concomitância da crise nos mercados mundiais, que se inicia em 1929, [...], provocou o colapso da economia cafeeira, que permaneceria em total depressão durante três quinquênios sucessivos. O movimento político de 1930 permitiu renovar as cúpulas dirigentes, afastando os grupos mais diretamente ligados à economia de exportação [...]. É nesse período de realismo político que toma pé e se consolida o capitalismo industrial. [...]. Em realidade, o capitalismo industrial começou a dar os seus primeiros passos significativos quando a economia colonial entrara em franca decomposição [...] (FURTADO, 1964, p.115).

Na década de 1940, intenso debate fora realizado por Eugênio Gudín e Roberto Simonsen, cujas ideias denotavam posições conflitantes entre ambos, visto que, enquanto o primeiro defendia as teses neoliberais, o segundo era ferrenho defensor do pensamento industrialista-nacionalista (CURADO, 2013). Entre o final da década de 1940 e início dos anos 1950, dois documentos, o texto produzido por Prebisch (1949) e o documento elaborado pela CEPAL (1951), exerceriam significativa influência no pensamento econômico brasileiro (CURADO, 2013).

Prebisch (1949) iria criticar a tese liberal ricardiana das vantagens comparativas, ao afirmar que a situação de estagnação e de subdesenvolvimento da América Latina decorria da tendência por ele observada de deterioração dos termos de intercâmbio. Ocorre que, os preços dos produtos primários exportados pelos países latino-americanos estavam sujeitos a flutuações mais intensas – quando aumentavam e quando diminuían – do que os preços dos produtos industrializados produzidos e exportados pelos países desenvolvidos. Ademais, a deterioração dos termos de troca não só poderia provocar efeito deletério no balanço de pagamentos, como ainda poderia prejudicar a capacidade de importar dos países subdesenvolvidos da América Latina.



A superação do subdesenvolvimento se daria, portanto, a partir do processo de industrialização e da redefinição das relações comerciais entre centro e periferia. Promover a industrialização, na visão da “velha CEPAL”, era sinônimo de promover o desenvolvimento. Estrutura produtiva e desenvolvimento caminhavam, portanto, lado a lado (CURADO, 2013, p.620).

Assim, ao romper com o modelo de desenvolvimento “para fora” (agro-exportador), o governo brasileiro inauguraria uma nova etapa do desenvolvimento “para dentro”, cujo centro dinâmico passaria a ser comandado pela indústria através do ISI – Industrialização Substitutiva de Importações (ISI), mesmo porque, ao final da década de 1940, já era possível constatar importantes mudanças estruturais na econômica do país.

Essencialmente, o governo brasileiro seguiu políticas de industrialização no fim dos anos 40 e durante toda a década de 50 aumentou a taxa de industrialização [...]. Isso implicou na maximização dos linkages na economia brasileira, isto é, o desenvolvimento não apenas de indústrias de bens de consumo, mas também uma vasta coleção de indústrias intermediárias e de bens de capital (BAER, 1988, p.300).

A população total do país, de 41,2 milhões em 1940, aumentou para 70,9 milhões de habitantes em 1960. O êxodo rural combinado com o processo de industrialização resultou do contínuo movimento de diminuição da população rural e, em sentido oposto, do aumento contínuo da população urbana. Assim, a proporção da população brasileira residente na área rural reduziu-se de 68,7% (1940) para 55,3% (1960) e 32,4% (1980), enquanto a população urbana passou a responder por 31,2%, 44,6% e 67,5%, respectivamente.¹ Quanto à composição setorial do produto – PIB a custo de fatores segundo os principais ramos de atividade econômica – em porcentagem, a agropecuária reduziu sua participação de 25,1% (1950) para 12,3% (1970), a indústria que respondia por 25% (1950) do produto total da economia do país, passou a representar 38,3% (1970), enquanto o setor de serviços de 53,3% alcançou 56,2% respectivamente.²

Como porcentagem da oferta total, as importações de bens de capital reduziram de 59% em 1949 para 13,7% em 1966, as importações de bens intermediários caíram de 25,9% para 6,8% e de bens de consumo diminuíram de 10 para 1,6% (BAER, 1988) como também se constatou modificações na própria estrutura industrial do país.

1 IBGE – Estatísticas do Século XX.

2 IBGE – Estatísticas do Século XX, Contas Nacionais Consolidadas.

Tabela 1 | Modificações na Estrutura Industrial do Brasil – 1939 e 1969

Subsetores da Indústria	1939	1969
Minerais não-metálicos	5,2	5,8
Metalúrgica	7,6	11,5
Mecânica	3,8	5,9
Material elétrico e de comunicação	1,2	6,3
Materiais de transporte	0,6	8,6
Madeira	5,3	4,2
Papel e papelão	1,5	2,6
Borracha	0,7	2,1
Couros e peles	1,7	0,6
Produtos químicos, farmacêuticos, plásticos	9,8	17,8
Têxteis	22,2	10,1
Vestuário e calçado	4,9	2,8
Produtos alimentares	24,2	13,0
Bebidas	4,4	2,6
Fumo	2,3	1,5
Editorial e gráfica	3,6	2,8
Diversos	1,0	1,8
Total	100	100

Fonte: BAER (1988), adaptada pelos autores

Entre os anos de 1939 e 1969 constata-se a ocorrência de importantes modificações na estrutura industrial brasileira, haja visto que as indústrias tradicionais como couros e peles, têxteis, vestuário e calçado, produtos alimentares, bebidas, madeira e fumo que no ano de 1939 detinham participação de 65% na produção industrial, já em 1969 respondiam por 34,8%. Em sentido oposto, os gêneros industriais do grupo dinâmico como os de metalúrgica, mecânica, material elétrico e de comunicações, material de transporte e produtos químicos, farmacêuticos e plásticos, aumentaram sua participação na produção industrial de 23% em 1939, para 50,1% em 1969. Convém assinalar que o estilo de desenvolvimento brasileiro e, por conseguinte, a sua industrialização, fora influenciada em larga medida pela composição do consumo, o qual, por sua vez, refletia a má distribuição da renda no país.

A cesta de bens de consumo correspondente ao contingente de baixa renda é composta basicamente por bens de consumo não durável, de natureza mais essencial. Essa cesta é pouco diversificada e produzida em sua maior parte por indústrias tradicionais, normalmente onde desponta a predominância do capital nacional, inseridas, embora não exclusivamente, nos estratos tecnológicos primitivos e intermediários [...]. Diferente da cesta de bens de consumo da maioria pobre da população, a cesta de bens associada ao segmento rico é bastante diversificada, requerendo, por isso mesmo, complexos processos de industrialização para ser produzida no País, o que só pode ser levado a efeito por unidades de produção tecnologicamente avançadas do setor moderno, normalmente controladas pelo capital estrangeiro (ROMÃO, 1988, p.125).



Diante desta afirmação, compreende-se “[...] que há uma nítida associação entre a distribuição da renda e a composição da demanda agregada que, por sua vez, determina a conformação da capacidade produtiva” (ROMÃO, 1988, p.129). Muito embora a industrialização tenha provocado modificações importantes na composição setorial do PIB, na estrutura ocupacional da força de trabalho, na estrutura social, na composição das exportações etc., também desencadeou impactos de sinal negativo, sobretudo no que diz respeito ao meio ambiente, à tecnologia e ao equilíbrio regional.

Segundo Baer (1988), os impactos da industrialização sobre o meio ambiente foram até por volta de 1975, ignorados pelos formuladores responsáveis pela política econômica do país, além do que em relação à tecnologia, o fraco dinamismo do país estaria em boa medida relacionado ao fato que:

Até a década de 70 foi criada no Brasil relativamente pouca tecnologia original. Isso pode ser explicado pela falta de tradição de pesquisa no sistema educacional do país até os anos 60. Assim sendo, o crescimento da capacidade industrial do país aumentou substancialmente o fluxo de saída de divisas para pagamento de tecnologia (BAER, 1988, p. 313).

Convém acrescentar, que a modernização da economia brasileira baseada na sua industrialização, ao invés de mitigar, acabou acentuando ainda mais as desigualdades inter e intrarregionais do país, mesmo porque, entre os anos de 1939 e 1970, a industrialização e, por conseguinte, o desenvolvimento econômico do país, caracterizava-se pelo seu caráter concentrador e regionalmente desigual.

No auge do “milagre econômico” já eram evidentes os limites do processo de industrialização para o desenvolvimento, sobretudo se levarmos em consideração que a expansão da indústria deu-se concomitante ao aprofundamento das desigualdades regionais e a elevação no grau de concentração funcional da renda (CURADO, 2013, p.624-625).

Devemos, no entanto, levar em consideração a extensão territorial do país, cujas dimensões são continentais, além do que, o seu desenvolvimento econômico além de ter sido tardio fora marcado pela descontinuidade, sobretudo em virtude da influência exercida pela duração de cada um dos ciclos econômicos.

Tabela 2 | Brasil, Grandes Regiões segundo a distribuição do PIB (em %): 1939, 1960 e 1970

Grandes Regiões	Participação no PIB (em %)		
	1939	1960	1970
Nordeste	13,7	12,0	9,0
Norte	2,2	1,9	1,9
Sudeste	67,9	67,4	68,4
Sul	14,0	16,1	14,9
Centro-Oeste	2,2	2,6	5,8

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores



A elevada participação da região Sudeste no PIB deve-se à expressiva concentração da atividade industrial em São Paulo e no Rio de Janeiro, tendo em vista que ambos os estados respondiam em 1966 por 75,2% do VTI (Valor da Transformação Industrial) da indústria de transformação. No mesmo ano, incluindo os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, somente esses quatro estados da federação produziam o equivalente a 90,5% do VTI.

O RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

A década de 1980 inaugurou um período crítico para a economia e, conseqüentemente, para o desenvolvimento do país, visto que a industrialização substitutiva de importações (ISI) havia alcançado o seu limite, conquanto a crise gerada pelo endividamento externo desencadeou vários efeitos deletérios na economia. O vigoroso crescimento econômico da década de 1970 de aproximadamente 8,7% a.a., sofreu abrupta queda, tendo em vista que a taxa média de crescimento anual do PIB na década de 1980, fora de 3,1%. A taxa média de crescimento da indústria despencou de 11,3% (1970-1976) para apenas 3,2% (1980-1986).³

A expansão imoderada do índice geral de preços, isto é, da inflação, não só contribuiu para a retração do nível de atividade econômica, como também e, principalmente, atingiu mais diretamente a classe de trabalhadores assalariados, uma vez que o seu poder de compra era corroído pela inflação, impactando negativamente no seu consumo. O elevado endividamento externo do país obrigou o governo brasileiro a adotar uma série de medidas de fomento às exportações e de inibição das importações, objetivando dessa forma, a geração de superávit comercial razão pela qual medidas de proteção industrial também foram adotadas.

Durante o segundo período de crescimento, do final da década de 60 ao início da de 80, a mudança mais pronunciada na estrutura industrial do País foi o crescimento relativo dos setores de mecânica e química, o declínio do setor têxtil e de produtos alimentares/bebidas, e a estabilidade relativa do setor de material elétrico, enquanto o setor de material de transporte declinou ligeiramente (BAER, 1988, p.515).

O excessivo protecionismo concedido pelo governo ao setor industrial, a instabilidade macroeconômica traduzida, principalmente, pelo baixo crescimento econômico, inflação elevada, fraco dinamismo do mercado doméstico de consumo, baixo estímulo ao investimento etc.,

3 BAER (1988)



acabariam prejudicando a atualização tecnológica e, por conseguinte, a competitividade de vários segmentos da indústria. O Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira (ECIB) coordenado por Luciano Coutinho e João Carlos Ferraz, publicado em 1994, abrangeu 34 setores da atividade industrial e foram classificados em três setores, quais sejam: setores com capacidade competitiva, setores com deficiências competitivas e setores difusores de progresso técnico, entre os quais, destacamos aqueles com deficiências competitivas: abate, laticínios, fertilizantes, automobilística, autopeças, bens eletrônicos de consumo, têxtil, vestuário, calçados de couro, cimento, cerâmicas de revestimento, plásticos para a construção civil, gráfica e móveis de madeira.

A deficiência competitiva é a situação que predomina na indústria brasileira. A maior parte dos setores está voltada apenas para o mercado interno que, se por suas dimensões representa a principal vantagem competitiva do país, pela redução do poder aquisitivo, crescente desigualdade na distribuição de renda e alijamento do mercado de parcelas significativas da população não tem representado estímulo à competitividade da indústria (COUTINHO, FERRAZ, 1994, p.258).

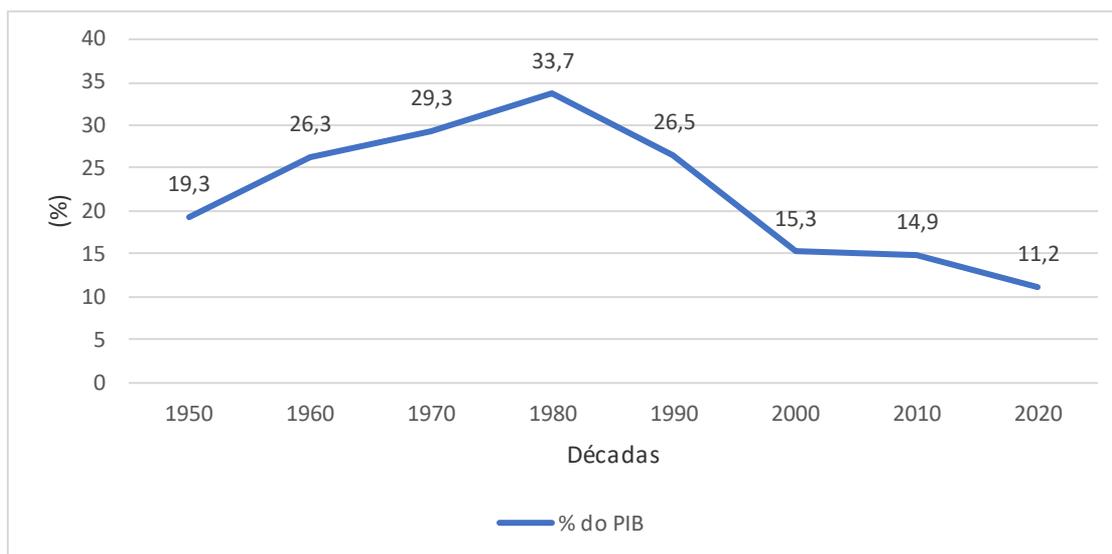
Mesmo assim, após uma década de estagnação econômica e com um parque industrial portador de deficiências competitivas, o governo FHC-1 aprofunda o processo de abertura comercial iniciado pelo seu antecessor no início da década de 1990. No primeiro mandato de FHC, a indústria brasileira passaria a enfrentar uma conjuntura econômica deveras difícil, pois, não bastasse a remoção do protecionismo outrora concedido pelo governo à indústria, à transição da era da inflação crônica para a era da estabilidade duradoura, somava-se a redução abrupta das alíquotas de importação, câmbio apreciado, juros altos e carga tributária elevada.

Diante disso, além de outros setores, a indústria, sobretudo a de transformação, para enfrentar a nova e competitiva conjuntura – dado o grau de exposição à concorrência externa – passaria por um intenso processo de reestruturação produtiva, o qual se traduziu na adoção de novas ferramentas gerenciais como reengenharia, downsizing, just-in-time, de fusões e aquisições, terceirização e até realocação industrial. A partir daí, a indústria de transformação, por razões diversas – para as quais facultamos de uma análise mais detalhada – como por exemplo o tripé câmbio – juros – tributos, infraestrutura com deficiências, o denominado custo Brasil, baixa qualificação e produtividade do fator de trabalho, problemas em logística de transportes, entre outros, passou a enfrentar um processo para o qual diversos autores afirmam tratar-se de desindustrialização precoce, tendo em



vista que os efeitos decorrentes deste mesmo processo podem, entre outros, serem visualizados através da participação da indústria de transformação no PIB.

Gráfico 1 | Brasil, Indústria de Transformação em porcentagem (%) do PIB.



Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores.

Outra questão importante relaciona-se ao fato de que com a globalização e a Terceira Revolução Industrial um novo paradigma tecnológico emergira atribuindo no âmbito da indústria relevante importância aos setores dinâmicos. Entre as décadas de 1970 e 1980, as experiências bem-sucedidas de países como o Japão e dos Tigres Asiáticos, como a Coreia do Sul, corroboraram as evidências

[...] de que os investimentos em desenvolvimento e aprendizado tecnológico em setores industriais dinâmicos do paradigma tecnológico de base microeletrônica se constituam em elementos centrais para a retomada do crescimento econômico de longo prazo (CURADO, 2013, p.628).

Convém assinalar que um dos fatores que diferencia a economia brasileira de outras economias, como a China, a Índia e a Coreia do Sul, relaciona-se ao percentual da demanda agregada destinada ao investimento (Formação Bruta de Capital Fixo/FBCF). Enquanto a China destinava ao investimento 42,9%, a República da Coreia 31,1%, a Índia 27,1%, o Brasil somente 16,4%.⁴

Como se não bastasse, é oportuno observar que, em relação à manufatura, a participação no Valor Adicionado mundial da China entre os anos de 2005 e 2020 aumentou de 13,7% para 31,7%,

4 Refere-se ao ano de 2020 segundo UNSD – United Nations Statistics Division (National Accounts).

da República da Coreia de 2,89% para 3,28%, da Índia de 1,74% para 2,99%, enquanto a participação do Brasil reduziu de 2,19% para 1,31%. Mas, vale salientar que outros países como EUA, Japão, Alemanha, Itália, Reino Unido e França também registraram queda de participação no VA mundial do setor manufatureiro, principalmente, mais acentuada foi a dos EUA.⁵

Embora o país continue exibindo significativos desequilíbrios regionais, o movimento de desconcentração industrial iniciado por volta de 1970, que entre outras motivações destaca-se a guerra fiscal travada entre as unidades da federação, acabou prejudicando alguns estados e beneficiando outros. O estado de São Paulo teve sua participação no VTI reduzida de 58,1% em 1966, para 36% em 2019, o Rio de Janeiro de 17,1% passou a responder por 8,4%, já Minas Gerais aumentou de 5,6% para 10,4%, o estado do Pará de 0,33% para 4,1%, Bahia de 1,94% para 4%, Paraná de 3,15% para 7,06% e o estado de Santa Catarina de 2,1% para 5,3%.⁶

Entretanto, apesar desse movimento de desconcentração da produção industrial, a desigualdade regional ainda persiste, tanto que as regiões Sudeste e Sul respondiam em 2002 por 73,6% do PIB nacional e, em 2019, por 70,2%.⁷

Não bastasse as deficiências competitivas e a perda progressiva de participação da indústria de transformação no PIB, entre outros problemas, a reprimarização da economia brasileira ao invés de inquietar, ao contrário, faz-nos crer encantar o governo federal, pois para o cientista social e diretor técnico do DIEESE Augusto Junior:

“A visão de futuro do Governo é a de um país produtor de comida, minério e energia”, afirma Augusto, por isso o abandono de tudo relacionado com políticas industriais, inclusive os cortes de investimentos em ciência e tecnologia. “Temos ouvido ministros falarem que o Brasil será a grande fazenda do mundo, pois será também a grande mina. Não espere nenhuma indústria de carro elétrico chegando por aqui”, lamenta (IEDI, 2021).

De fato, os argumentos do mencionado autor, são corroborados pelas próprias estatísticas oficiais do governo federal, as quais, mostram-nos claramente a inversão que ocorreu com a pauta exportadora do país em virtude do movimento de majoração dos preços internacionais das commodities, principalmente do grupo dos minerais.

5 De acordo com as estatísticas da UNIDO.

6 IBGE/Pesquisa Industrial Anual (PIA).

7 Sistema de Contas Regionais - IBGE



Between 1998–2002 and 2008–2012, commodity prices increased substantially, but fell in 2013–2017, although they remained significantly higher than the prices registered in 1998–2002 or even in 2003–2007. But price increases varied by commodity group: the prices of energy and minerals increased much more than those of agricultural and manufactured goods. (UNCTAD, 2019, p.7)⁸

Os números do comércio exterior retratam uma das faces do retrocesso da economia e, por conseguinte, do próprio desenvolvimento econômico do país, mesmo porque durante quarenta anos (1930-1970), notável esforço dos governos junto com os empresários nacionais e estrangeiros resultou da consolidação do capitalismo industrial e da modernização da economia brasileira. Entretanto, a partir do ano de 2003, com o movimento de expansão da demanda e de elevação dos preços das commodities agrícolas e minerais, a economia brasileira inicia uma trajetória de retrocesso com a reprimarização das suas exportações.

Tabela 3 | Participação no total das exportações brasileiras por fator agregado (em %): anos diversos.

Ano	Produtos Básicos	Produtos Manufaturados	Produtos Semi Manufaturados
1975	59,4	30,5	10,1
1980	42,7	45,4	11,9
1985	33,7	55,4	10,9
1990	28,3	55,1	16,6
1995	24,0	55,9	20,1
2000	23,4	60,7	15,9
2005	29,9	56,4	13,7
2010	45,8	39,8	14,4
2015	47,8	37,6	14,6
2020	57,3	28,7	14,0

Fonte: IPEADATA, Elaboração dos autores.

A participação no total das exportações brasileiras de produtos da agropecuária aumenta de 11% em 1997 para 20% em 2021, das indústrias extrativas de 6% para 28%, conquanto os produtos das indústrias de transformação recuam de 81% para 51%.⁹

8 Entre 1998-2002 e 2008-2012, os preços das commodities aumentaram substancialmente, mas caíram em 2013-2017, embora tenham permanecido significativamente acima dos preços registrados em 1998-2002 ou mesmo em 2003-2007. Mas os aumentos de preços variaram por grupo de commodities: os preços de energia e minerais aumentaram muito mais do que os de produtos agrícolas e manufaturados. (UNCTAD, 2019, p.7)

9 Segundo as estatísticas do MDIC



Além disso, é um tanto contraditório, principalmente vindo a afirmação do governo federal de que o Brasil “será a fazenda do mundo”, quando percentagem expressiva da população encontra-se em situação de algum tipo de insegurança alimentar, outra face perversa do retrocesso do desenvolvimento do país. Outra questão também importante relacionada ao desenvolvimento econômico, diz respeito às mudanças estruturais necessárias e capazes de modificarem a estrutura produtiva como também a estrutura industrial.

[...] de acordo com o estruturalismo cepalino da década de 1950, o processo de desenvolvimento econômico está diretamente relacionado a mudanças na estrutura de produção. Dessa forma, o crescimento da economia geraria uma transformação permanente na estrutura produtiva e o país gradualmente deixaria de produzir bens de baixo valor agregado para produzir bens cada vez mais sofisticados (ALENCAR et al, 2018, p.253).

Ora, acreditamos que no caso do Brasil tal transformação ainda não ocorreu plenamente, pois, comparando o país com países como China e República da Coréia, constatamos haver significativas diferenças.

Tabela 4 | Países selecionados e participação das IT no VA total da manufatura e no total de empregos por intensidade tecnológica – 2019

País	% VA Total de Manufaturados				% Emprego Total de Manuf.			
	A	MA	MB	B	A	MA	MB	B
BR	1,9	31,8	29,5	36,8	1,8	24,8	19,7	53,7
CH	10,3	31,1	30,0	28,6	13,9	34,6	21,9	29,6
RC	26,8	34,0	25,6	13,6	15,1	40,5	25,1	19,3

BR (Brasil); CH (China) e RC (República da Coréias).

A (Alta Intensidade); MA (Média Alta); MB (Média Baixa) e B (Baixa Intensidade).

Fonte: UNIDO, Elaboração dos autores.

No Brasil, verificou-se que, no ano de 2019, mais de 66% do VA total de manufatura industrial concentrava-se nas indústrias de média-baixa e baixa intensidade tecnológica, as quais respondiam por 73,4% do total de empregos daquele mesmo ramo. Diferentemente, China e Coréia do Sul detinham percentuais mais elevados no VA e nos empregos em setores/indústrias de média alta e alta intensidade tecnológica. Em razão disso e de outros fatores, mais de 49% dos empregos nas indústrias brasileiras recebem salários baixos, principalmente se comparados com as da Coréia do Sul.

Tabela 5 | Brasil, China e Coréia do Sul segundo salário médio total por empregado (em US\$ a preços atuais) – 2005 a 2019.

País	Salário Médio Total (US\$)	
	2005	2019
Brasil	6.599	10.990
China	1.915	9.766
República da Coréia	25.104	39.512

Fonte: UNIDO, Elaboração dos autores

Convém acrescentar que um dos fatores que impulsionam o desenvolvimento econômico está diretamente associado à mudança na estrutura da economia, decorrente da inovação, mesmo porque na pós-modernidade, um dos setores/atividade mais expressivos era o terciário, notadamente os serviços relacionados à produção de conhecimento.

[...] a mudança na estrutura econômica existente pode ser considerada o “start” de qualquer processo de desenvolvimento econômico. De acordo com Dosi, Pavitt e Soete (1990), ela sustenta o desenvolvimento ao diversificar a economia e incrementar a participação na estrutura produtiva, dos setores de maior intensidade em conhecimento e com maior taxa de crescimento da demanda (BATISTI, 2018, p.62).

No caso do Brasil, há de se levar em conta que o desenvolvimento econômico baseado em inovação ficou um tanto distante de outras economias, tendo em vista

[...] que existe um flagrante descompasso entre o conceito de desenvolvimento econômico (de Schumpeter) e a realidade dos fatos da economia brasileira. [...] embora a estrutura produtiva do Brasil tenha se transformado no sentido de elevar a produtividade do trabalho, essa transformação não foi fruto de um processo endógeno de inovação tecnológica, nem mesmo propiciou um sistema de inovação tecnológica. Pelo contrário, a industrialização do país nasceu e manteve um hiato entre as atividades de P&D e as empresas (SANTOS, 2011, p.90).

Além disso, na visão do mesmo autor, as modificações que ocorreram na estrutura produtiva do país não proporcionaram melhores condições de vida para a sua população, pois o crescimento do PIB contribuiu para concentração ainda maior da renda advinda do trabalho entre os 10% mais ricos (SANTOS, 2011). Em síntese, após quatrocentos e trinta anos de sua colonização e do desenvolvimento econômico baseado no modelo agro-exportador, o Brasil, por iniciativa do governo federal, deu início à modernização da sua economia por meio do processo de industrialização substitutiva de importações.



Entre as décadas de 1930 e 1970, a indústria se desenvolveu alterando substancialmente sua própria estrutura, além de promover várias mudanças na estrutura econômica e social do país. Contudo, da década de 1990 em diante, por motivos diversos, a indústria de transformação iniciou trajetória contínua de redução de participação no PIB, as exportações de produtos industrializados voltaram a diminuir, conquanto as de produtos básicos (agrícolas e minerais) aumentaram, denotando nítido movimento de desindustrialização e de reprimarização da economia brasileira, motivo pelo qual, acreditamos que o desenvolvimento econômico do país caracteriza-se por um movimento de avanço e retrocesso.

O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE FRANCA NA FASE DE RETROCESSO DO DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

Após termos examinado algumas das principais mudanças que ocorreram – na economia e na indústria de transformação – e que impactaram no desenvolvimento econômico do Brasil, na sequência, procuramos verificar se elas exerceram alguma influência na economia, na indústria e, por conseguinte, no desenvolvimento econômico do município paulista de Franca, importante polo produtor de calçados masculinos de couro do país. Antes, porém, consideramos necessário tecer algumas observações pertinentes ao subsetor de fabricação de calçados, tendo em vista que o Brasil é um dos principais e maiores produtores de calçados do mundo e ocupa a quinta posição, ficando atrás somente da China, Índia, Vietnã e Indonésia, que são os maiores produtores mundiais.¹⁰

Entre os anos de 2018 até o ano de 2020, a produção média anual de calçados no Brasil ficou em torno de 855 milhões de pares, enquanto a produção chinesa alcançou 10,9 bilhões de pares.¹¹ Nos últimos oito anos a produção média anual de calçados no Brasil foi de aproximadamente 943 milhões de pares.¹² Em relação às exportações, entre os anos de 2013 e 2018 o Brasil chegou a exportar 124 milhões de pares ao ano em média, conquanto a China, principal exportador mundial de calçados, alcançou média anual de 8,4 bilhões de pares.¹³

10 ABICALÇADOS – Relatório Setorial da Indústria de Calçados.

11 Ibid.

12 Ibid.

13 Ibid.



Além disso, enquanto a China respondia por mais de 65% das exportações mundiais de calçados, a participação brasileira não ultrapassava 1%, além do que, não bastasse a reduzida participação do país no total das exportações mundiais, a produção de calçados praticamente estabilizou-se em virtude do baixo consumo per capita, tanto que, entre os anos 2014 à 2018, ficou em torno de 4,06 pares/habitantes ao ano.¹⁴

Os principais polos produtores de calçados no Brasil localizam-se nos estados do Ceará, Rio Grande do Sul, Paraíba, Minas Gerais, Bahia, São Paulo e Pernambuco. No estado paulista, os principais polos são os de Franca, Birigui e Jaú (ABICALÇADOS). Outra informação também importante relaciona-se ao fato de que, de acordo com a Pesquisa Industrial Anual – PIA Empresa/IBGE, a participação do subsetor de fabricação de calçados no total do Valor da Transformação Industrial (VTI), reduziu-se de 1,83% em 1996 para 1,04% em 2019.

Após este breve panorama do subsetor de fabricação de calçados no Brasil, procuramos tecer um breve histórico do mesmo no município paulista de Franca, para na sequência examinar mudanças que ocorreram na sua economia. De entreposto comercial baseado no comércio do sal, à cafeicultura e agropecuária, da produção de gêneros alimentícios, bebidas, fumo e cigarros, até a produção de couros e peles e produtos artesanais de couro, a pequena comarca da Alta Mogiana transformou-se em cidade e nela surgiu, uma pequena indústria que ao longo de sua existência, acabaria se tornando em um dos maiores centros produtores de calçados masculinos do país.

À medida que a economia de Franca se desenvolvia, exercia, sobre outras localidades, certa atratividade, cujo indicador mais representativo, além do comércio, era o intenso fluxo migratório que ocorria. Com a instalação da indústria de calçados, a cidade de Franca continuou a receber de forma crescente grandes contingentes de migrantes oriundos principalmente do Estado de Minas Gerais, pois a indústria de calçados por ser artesanal, absorvia muita mão-de-obra.

Nos anos 70, período marcado por altas taxas de crescimento da economia brasileira, a indústria calçadista local atinge o seu apogeu com a instalação de novas fábricas, aumenta a capacidade de produção e emprega mais trabalhadores. As fábricas que se instalavam seguiam via de regra o padrão da indústria que se caracterizava pela predominância da empresa de grande e de médio portes. Na década de 80,

14 ABICALÇADOS – Relatório Setorial da Indústria de Calçados.



apesar da conjuntura inflacionária que se instalou no país, a indústria calçadista de Franca experimentou, pelo menos ano de 1986, algum espasmo de crescimento em termos de produção, para, em seguida, amargar um aumento da capacidade ociosa e certa estagnação. Cumpre salientar que nesta época a concorrência era menor e a possibilidade de corrigir preços permitia certa acomodação da situação e pouca ou quase nenhuma preocupação com ganhos e redução de custos da produção.

Ademais o surgimento da indústria calçadista de Franca baseou-se na própria especialização desenvolvida em função da sua formação econômica que acabou transformando-se em vocação, pois desenvolvimento desta baseou-se mais na obtenção de vantagens comparativas – disponibilidade de matéria-prima e mão-de-obra abundante – e na inserção passiva nos mercados de que, no fortalecimento e no desenvolvimento de vantagens competitivas e na inserção ativa nos mercados. No plano interno, a manutenção das deficiências estruturais como a concentração e a má distribuição da renda, os desequilíbrios regionais, a defasagem tecnológica vista sob a ótica da obsolescência das máquinas e equipamentos entre outras, restringiram de certa forma as possibilidades de crescimento e de desenvolvimento da indústria em tela voltadas para dentro, isto é, para o mercado doméstico. No plano externo, a manutenção da deficiência estrutural, traduzida na destinação da produção para um único mercado, resultou na dependência e na fragilidade da indústria, limitando e restringindo, pela falta de uma estratégia mais consistente e competitiva, as possibilidades de crescimento e de desenvolvimento voltadas para fora, ou seja, para o mercado externo (BRAGA, 2000).

Conforme já verificamos, há uma estreita relação entre mudanças na estrutura produtiva e desenvolvimento econômico, sendo que tais mudanças resultariam na produção de bens mais sofisticados, de maior conteúdo tecnológico e de maior valor agregado, ao invés de se produzir bens de baixo valor agregado (ALENCAR [et al], 2018). Ademais, os ramos da indústria de transformação que produzem bens de maior complexidade incorporam mais conhecimento e tecnologia, elaboram produtos de maior valor agregado, empregam pessoal mais qualificado cuja remuneração (salário) é mais alta.

Em respeito às mudanças que ocorreram na economia do município de Franca, podemos dizer que as mesmas podem ser identificadas ao longo de três períodos distintos. No primeiro, que se estende do final do século XIX até por volta do final da década de 1940, a economia daquele município era predominantemente agropecuarista, destacando o cultivo do produto que lhe conferira o status de



capital do café. No segundo período (1959-1985), o progressivo movimento de redução da participação da agropecuária no total do Valor Adicionado fora compensado pela expressiva participação da indústria, correspondendo à fase seminal e consolidação do ramo de fabricação de calçados no município. Já no terceiro período (1996-2018), concomitante à contínua diminuição da participação da indústria no VA total, constatou-se a progressiva expansão do setor terciário, isto é, dos serviços.

Tabela 6 | Franca segundo participação dos grandes setores no Valor Adicionado Total (em %) – diversos anos

Ano	Indústria	Serviços	Agropecuária
1920	13,0	20,4	66,6
1939	16,3	52,5	31,2
1949	20,2	44,3	35,5
1959	37,2	47,8	15,0
1970	54,9	40,3	4,8
1980	59,9	38,6	1,5
1985	61,1	31,9	7,0
1996	30,8	67,2	2,0
2006	31,6	66,8	1,6
2018	22,5	76,4	1,1

Nota da Fonte: para os dados anteriores a 1999 as estimativas do PIB das atividades em nível municipal não são consistentes com aquelas em nível estadual e nacional. O problema se deve à utilização de metodologias distintas. Fonte IPEADATA, Elaboração dos autores.

Convém salientar que no âmbito da indústria de transformação, o gênero fabricação de calçados constitui, juntamente com os principais ramos de indústrias correlatas, um dos principais pilares da economia local, mesmo porque

[...], em Franca, a indústria calçadista especializou-se na produção de calçados masculinos de couro, seja de alto ou de baixo custo. Nesse cluster, integrou-se um circuito produtivo que articulou: 1) pequenas, médias e grandes empresas produtoras; 2) curtumes; 3) indústrias de máquinas de equipamentos e de componentes; 4) fabricantes de solados; 5) serviços vinculados à manutenção de máquinas e ferramentas; 6) estabelecimentos comerciais; e 7) instituições voltadas para a pesquisa e difusão de tecnologias (tais como o Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT e o Serviço Nacional de Indústria – SENAI. A tradição na atividade econômica consolidou o município como um importante centro de produção e pesquisa, destacado entre os mais relevantes do país [...] (PEREIRA JR, 2015, p.182-183).

Cabe-nos acrescentar, ainda, que ao circuito de fabricação de calçados integram-se os ramos de fabricação de produtos químicos; fabricação de formas para calçados; fabricação de artefatos de plástico e de borracha; fabricação de matrizes para solados, além de contar com outras instituições como o Sindicato dos Sapateiros, o Sindicato da Indústria de Calçados de Franca (SINDIFRANCA), a Associação do Comércio e

da Indústria de Franca (ACIF), o Serviço Social da Indústria, articulado ao SINDIFRANCA está o Núcleo de Inteligência Competitiva do Calçado (NICC).

Do mesmo modo que ocorreu com a indústria de transformação no Brasil – redução da sua participação no PIB – constatou-se o mesmo com a indústria de Franca, fato esse que talvez possa ser explicado, entre outros motivos, devido ao excessivo grau de industrialização da economia brasileira, visto que

[...] as políticas econômicas dos ciclos de desenvolvimento até os anos 1980 produziram um padrão de industrialização do qual resultou um peso da indústria muito elevado em relação ao padrão mundial. O ajustamento da indústria em direção à norma internacional em seguida às políticas de liberalização e reforma do estado na primeira metade da década de 90 indica que havia um padrão de alocação pró-indústria no modelo anterior (BONELLI, PESSOA, 2010, p.9)

Independentemente disso, a estrutura da indústria de transformação de Franca ainda está expressivamente concentrada em alguns poucos gêneros industriais, os quais, por sua vez, estão articulados ao ramo de fabricação de calçados, pois, em conjunto, os subsetores de preparação de couros e fabricação de couros, produtos químicos, fabricação de produtos de borracha e materiais plásticos e fabricação de máquinas e equipamentos, respondiam no ano de 2017 por 86% do total do VTI, sendo que somente o ramo de couros e calçados representava 71,8%. Dessa maneira, o elevado grau de especialização do município significa, de um lado, uma vantagem, porém, de outro, pode representar dependência e fragilidade, haja visto que a sua estrutura industrial encontra-se concentrada em atividades pouco propensas ao investimento, além de serem de média-baixa e baixa tecnologia.

[...] o último grande surto de investimentos e modernização do setor calçadista brasileiro havia ocorrido nos anos 70. Com isso, a indústria calçadista entrou nos anos 90 com um parque produtivo relativamente obsoleto, demandando a partir de meados da década, um profundo ajuste estrutural de forma a resistir à pressão competitiva gerada pela abertura comercial e, principalmente, à concorrência mais acirrada em terceiros mercados (RIBEIRO, POURCHET, 2000, p.8).

Além disso, os autores supra afirmaram que em virtude da elevação dos custos da mão-de-obra, países desenvolvidos como EUA e Europa deslocaram sua produção para outros países como Taiwan, Coréia do Sul, Hong Kong e Brasil, onde a mão-de-obra era mais barata (RIBEIRO, POURCHET, 2000).

Com o tempo, novos concorrentes foram surgindo, notadamente China, Índia e Indonésia, com salários ainda mais baixos do que o grupo anterior, provocando nova realocização. Os novos países produtores de calçados se concentraram em produtos de baixo valor, enquanto os demais países em desenvolvimento migraram para os de médio valor, mantendo-se a produção de calçados de alto valor em países com maior capacitação na área de design, notadamente a Itália. O Brasil foi relativamente bem-sucedido em acompanhar esta transição (RIBEIRO, POURCHET, 2000, p.10).

Vale observar que países como a República da Coreia, Índia, Indonésia e Taiwan detinham em 2020 participação relativa maior que a do Brasil no Valor Adicionado da manufatura mundial, além disso, acrescenta-se que em relação aos salários pagos na atividade de couro, produtos de couro e calçados, o valor estimado pela UNIDO – em US\$ a preços atuais – do salário/empregado em 2020 no Brasil foi de US\$5.828; na China US\$7.475; na República da Coreia US\$26.659; na Índia US\$2.678; na Indonésia US\$3.072 e na Itália alcançou US\$28.586. (UNIDO)

Retomando a discussão sobre o município de Franca, até o final da década de 1980, o seu parque produtivo, especificamente a indústria de calçados, também se encontrava em situação de obsolescência, apresentava deficiências competitivas e a maior porcentagem das suas exportações destinava-se ao mercado norte-americano. Assim, a abertura comercial colocada em curso por FHC-1, principalmente a redução das alíquotas de importação, combinada com certas medidas de política econômica como câmbio apreciado, juros altos, carga tributária elevada etc., acabaram atingindo a indústria de transformação em geral, sobretudo os subsetores portadores de deficiências competitivas como o de fabricação de calçados.

Diante disso, a atividade industrial do município de Franca, dado o seu elevado coeficiente de especialização na fabricação de calçados masculinos de couro, fora duramente atingido em virtude da fase mais aguda do Plano Real, da dificuldade de exportar provocada pela sobrevalorização cambial, do aumento das importações e da transferência de produção para países dotados de mão-de-obra mais barata pelo principal importador (EUA), tanto que, as empresas francanas produtoras de calçados foram obrigadas, enquanto reação adaptativa/passiva, a adotarem medidas que pudessem reduzir os seus custos de produção, adotando como reação adaptativa medidas como intensificar a terceirização de todo o processo ou de etapas da produção para outras empresas prestadoras de serviços.



Tabela 7 | Franca, vendas de calçados destinadas ao mercado externo em pares e preço médio/par em US\$ - diversos anos

Ano	Vendas para o mercado externo	
	(em milhões de pares)	Preço Médio/Par (US\$)
1993	15,5	16,45
1996	8,1	22,01
1999	5,2	21,02
2002	5,4	15,14
2005	8,5	19,22
2008	4,5	28,43
2011	3,0	30,98
2014	3,0	27,68
2017	3,2	23,70

Fonte: SINDIFRANCA, Elaboração dos autores

Embora o preço médio/par tenha aumentado pouco mais de 44% em 2017, comparativamente ao ano de 1993, em volume físico apurou-se uma redução de 79,3%, além de que a receita das vendas caiu abruptamente de US\$256,5 para US\$76,2 milhões, ou ainda, uma queda de mais de 70%. Com a redução do volume físico das exportações de calçados, as grandes plantas industriais acabaram perdendo parcela importante da produção em escala, além disso, a década de 1990 com a globalização dos mercados e com a valorização do consumo e da inovação, provocaram o encurtamento do ciclo de vida do produto, o que em boa medida, provavelmente deve ter impactado de forma negativa na utilização da capacidade instalada daquelas plantas industriais.

Não bastasse o processo de reestruturação produtiva que resultou inclusive na realocação espacial de algumas empresas, transferência de toda a produção ou de etapas do processo para terceiros, problemas de gestão, de sucessão, entre outros, provocaram mudança significativa na configuração da indústria calçadista francana. Várias mudanças ocorreram em escala global como o encurtamento do ciclo de vida dos produtos, quer seja pela obsolescência, quer seja pela inovação, as novas formas de organização industrial, tais como os Distritos Industriais, Clusters, Arranjos Produtivos Locais (APL's).

Tabela 8 | Indústria de calçados de Franca, quantidade de empresas e de vínculos ativos por classes de tamanho das empresas – 1985 e 2020.

Classe de Empresas	Quantidade de Empresas		Quantidade de Vínculos Ativos	
	1985	2020	1985	2020
Micro	148	763	1.106	3.137
Pequena	85	91	3.837	3.632
Média	46	19	11.905	3.274
Grande	11	-	9.156	-
Total	290	873	26.004	10.043

Micro: de 1 a 19 empregados; Pequena: de 20 a 99; Média: de 100 a 499 e Grande: 500 a 1.000 ou mais empregados.

Fonte: RAIS/MTE, Elaboração dos autores

As grandes e tradicionais empresas fabricantes de calçados concentravam porcentagem expressiva da produção e mais de 35% do total de vínculos ativos, além do que, operavam com escala de produção maior, lideravam o lançamento de novas coleções, adotavam estratégias de marketing para se diferenciarem da concorrência, espelhavam-se no modelo de gestão semelhante ao norte-americano configurando inclusive uma estrutura organizacional mais dilatada, algumas dessas empresas chegaram a verticalizar-se, como também remuneravam melhor os seus funcionários.¹⁵

Entretanto, após a década de 1990, por fatores diversos, as grandes plantas industriais encerraram suas atividades e a indústria calçadista local em sua nova configuração passou a constituir-se basicamente de micro e pequenas empresas, ao passo que a quantidade de vínculos ativos em 2020, comparativamente ao ano de 1985, reduziu-se em mais de 61%. Vale lembrar que no ano de 1985 a indústria de calçados de Franca respondia por 51,9% do total de vínculos ativos formais, entretanto, em 2020, sua participação reduziu-se a apenas 12,48%, embora apenas sete subsetores da indústria de transformação somavam o equivalente a mais de 96% do VTI (Valor de Transformação Industrial), dos quais, quatro são de baixa tecnologia (82,4%), um de média-baixa (5,4%) e dois subsetores de média-alta intensidade tecnológica.

Por sua vez, nos últimos trinta e cinco anos (1985-2020) o subsetor de fabricação de calçados sofreu severamente com a perda de participação no Valor Adicionado Total, com a redução do

15 As estatísticas do IBGE (PIA – Empresa) e do CEMPRE (Cadastro Central de Empresas) e RAIS/MTE mostram que a remuneração dos trabalhadores aumenta de acordo com o tamanho da empresa.

volume físico da produção destinada ao mercado externo, com o encerramento das atividades das grandes empresas e, principalmente, com a abrupta redução de sua participação no total de vínculos ativos formais, visto que em 1985 respondiam por 51,9% do total, conquanto no ano de 2020 participava apenas com 12,5%.

No entanto, da década de 1990 em diante, o desenvolvimento econômico do município sofrera uma mudança significativa na composição setorial da economia local, pois, com a participação da indústria de transformação no VA total em contínuo movimento descendente, na direção contrária, progressivamente, expandiam-se os setores de comércio e de serviços, fenômeno análogo ao ocorrido na economia brasileira, ou seja, a sua terciarização.

Assim, com o propósito de verificar se de fato ocorreu mudança na composição setorial da economia local, primeiramente verificamos a distribuição dos vínculos ativos formais entre os grandes setores da economia nos anos de 1985 e 2020, para em seguida calcular o valor do Coeficiente de Reestruturação.

Tabela 9 | Franca, distribuição dos vínculos ativos formais entre os grandes setores da economia (em %): 1985 e 2020.

Grandes Setores	Participação no total de vínculos ativos	
	1985	2020
Indústria	65,73	24,64
Comércio	10,71	31,45
Serviços	21,89	39,56
Construção Civil	1,29	2,91
Agropecuária	0,38	1,42
TOTAL	100,00	100,00

Fonte RAIS/TEM, Elaboração dos autores

De acordo com os percentuais de participação de cada grande setor da economia no total de vínculos ativos formais, constatou-se aguda redução da participação da indústria – principalmente a indústria de calçados -, conquanto se nota a expansão significativa do setor terciário (comércio e serviços), pois a participação conjunta dos dois grandes setores aumentou de 32,60% em 1985, para

71,03% em 2020. Finalmente, com base nos dados da tabela 9, calculamos então o Coeficiente de Reestruturação, cujo valor alcançado foi de 0,4109, ou seja, embora não tenha atingido valor igual a 1, podemos admitir que no período considerado, ainda que não tão profunda, ocorreu apreciável modificação na composição setorial da economia do município de Franca.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia brasileira apresentou três fases bem delimitadas no que diz respeito ao seu desenvolvimento, visto que, além de ser cíclico, compreende momentos de avanço e retrocesso, o que ficou evidenciado pelos argumentos que apresentamos nas seções precedentes. A primeira fase está situada entre os anos que compreendem todo o período colonial (até 1822), o Brasil Império (1822-1889) e o período denominado de República Velha (1889 a 1930), fase essa em que o Estado brasileiro se manteve passivo ante o papel definido pelas potências mundiais no que tange à divisão do trabalho, qual seja, exportador de produtos primários (minérios e agropecuários), em total sintonia com os preceitos ricardianos das vantagens comparativas.

A segunda fase iniciou-se após a crise de 1929, caracterizando notável esforço do Estado brasileiro pelo desenvolvimento da indústria de transformação nacional e conseqüente reestruturação de suas bases econômicas, como mudança do modelo agrário-exportador. Além disso, isso impulsionou alterações na estrutura social como um todo, como uma nova divisão do trabalho, elevação de salários, êxodo do campo para a cidade, desenvolvimento vertiginoso de algumas regiões e cidades etc. A esse conjunto de mudanças compreendemos como sendo o movimento de avanço do desenvolvimento econômico brasileiro, o que terá duração até meados da década de 80.

Por fim, na terceira fase, que se inicia na década de 90 e se estende até o presente momento, a indústria nacional perdeu participação de forma acentuada na composição do PIB brasileiro, bem como em sua pauta de exportações. Essa fase é caracterizada pela perda de competitividade da indústria brasileira no contexto da globalização, sobretudo em função dos baixos percentuais de investimento em modernização, qualificação da mão de obra, câmbio sobrevalorizado, taxas de juros exorbitantes e elevados tributos, bem como, no contexto mundial, a emergência de países com vultuosos indicadores de desenvolvimento econômico e industrial, como a China e os Tigres Asiáticos. Compreendemos esse



conjunto de mudanças como sendo o movimento de retração do desenvolvimento econômico brasileiro. Nessa fase temos visto a desindustrialização crescente da economia brasileira, o que incide, assim como em seu movimento de avanço, em marcantes transformações em sua estrutura econômica e social. Juntamente com isso, verificamos a mudança da pauta de exportações e uma crescente participação dos produtos primários que, mais uma vez, passam a ser os mais relevantes em sua composição. O fato é que, nessa terceira fase, que classificamos como de retrocesso, além da desindustrialização, também verificamos uma reprimarização das exportações concomitante à terciarização da economia do país.

A indústria calçadista do município de Franca apresenta grande aderência aos movimentos de avanço e retrocesso verificados na economia brasileira, pois a partir dos anos 30 até a década de 80, a indústria calçadista francana apresentou elevados percentuais de crescimento, o que refletiu positivamente no desenvolvimento da economia francana como um todo, inclusive com a formação de um circuito produtivo que agregou diversas empresas correlatas e que se desenvolveram a partir das demandas apresentadas por essa indústria; de igual forma, a partir dos anos 90 a indústria calçadista francana foi fortemente afetada pelo modelo econômico adotado e sua participação na economia municipal é desde então decrescente, seja na análise de seu percentual na formação do Valor Adicionado Total, seja pelo seu percentual de participação no número de vínculos trabalhistas ativos e, ainda, pelo volume físico observado nas exportações de calçados, que também apresentaram acentuada queda nos últimos 20 anos. Soma-se a isso o resultado apresentado pelo índice de reestruturação, qual seja, 0,4109, o que demonstra que a cidade de Franca passa por relevante reestruturação em suas bases econômicas.

Diversos são os motivos para a reestruturação da economia francana nessa fase de retrocesso, mas o fato é que os desafios apresentados para a indústria calçadista, a partir dos anos 90, foram muitos e complexos: a abertura econômica ante um parque industrial obsoleto, elevada carga tributária, competição de países asiáticos, câmbio sobrevalorizado, taxas de juros exorbitantes, guerra fiscal entre entes federados, ausência de ações estatais para contornar a entrada de calçados fabricados no exterior, bem como, para tornar a indústria calçadista mais competitiva na disputa dos mercados externos etc. Esses fatos incidiram no fechamento de diversas empresas de grande porte, terceirização de processos produtivos, perdas salariais no setor calçadista, diminuição na quantidade de pares fabricados e exportados, bem como na participação de vínculos ativos. Isso ocasionou na perda de protagonismo da indústria calçadista na



formação do VA na economia do município de Franca, bem como esse setor deixou de ser o principal vetor de desenvolvimento econômico do município.

Entretanto, diante de tantos e variados desafios, entendemos que a indústria calçadista de Franca apresenta resistência e continua sendo relevante para economia local, tendo em vista que ainda é responsável por empregar quase 25% da mão-de-obra ativa, bem como participar com 22,5% da formação do Valor Adicionado na economia local. Isso demonstra que as medidas adotadas pelo empresariado local surtiram, em alguma medida, resultados que garantiram a sobrevivência da indústria calçadista francana mesmo ante o processo de desindustrialização nacional.

Seja como for, a economia francana é reflexo do processo de desindustrialização que ocorre no Brasil e que no momento é marcado pelo retorno das *commodities* como principais produtos na pauta de exportação brasileira. Não que os produtos agropecuários não sejam importantes para a economia brasileira, pelo contrário: a elevação de seus preços no mercado mundial e o aumento das exportações brasileiras a elas relacionadas são fundamentais para a balança comercial e para a regulação do câmbio, na medida em que são importantes na internalização de divisas. Entretanto, permitir um processo tão acentuado de desindustrialização é renunciar a um grande esforço realizado pelo Estado brasileiro e pelas elites locais em prol do desenvolvimento econômico e dos diversos resultados colaterais que ele impulsionou e que poderia continuar impulsionando, com resultados positivos nos índices de empregos formais, elevação de salários médios, aumento na arrecadação de tributos e em melhores índices de desenvolvimento econômico e social.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABICALÇADOS: **Relatório Setorial da Indústria de Calçados**. Disponível em: <http://abicalcados.com.br/publicacoes/re-latorio-setorial>. Último acesso em: 17/04/2022.
- ALENCAR, Júlia F.L.; FREITAS, Elton; ROMERO, João P.; BRITTO, Gustavo. **Complexidade Econômica e Desenvolvimento: Uma análise do caso latino-americano**. - São Paulo: Novos Estudos, CEBRAP, v.37, n.02, MAI./AGO., 2018.
- BAER, Werner. **A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil**. Tradução de Paulo de Almeida Rodrigues. – 7ª ed. – Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1988.
- BATISTI, Vanessa de Souza. **Transformação da Estrutura Produtiva Regional e Desenvolvimento Endógeno: o Caso do Vale do Rio dos Sinos** – Porto Alegre, RS: UFRGS (Tese de Doutorado), 2018.
- BONELLI, Regis; PESSÔA, Samuel de Abreu. **Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência**. – FGV: IBRE – Instituto Brasileiro de Economia. Texto para discussão, número 7, março de 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10438/11689>, acessado em 17/04/2022.
- BRAGA, Hélio Filho. **Globalização em Franca: reorganização industrial e a economia informal**. – Franca-SP: Uni-Facef (Dissertação de Mestrado), 2000.
- BRUM, Argemiro J. **O Desenvolvimento Econômico Brasileiro**. – 14ª Edição – Petrópolis/RJ: Vozes (Série FIDENE), 1995.
- COUTINHO, Luciano; FERRAZ, João Calor (Coord.). **Estudo da Competitividade da Indústria Brasileira**. – Campinas, SP: Papirus, 1994.
- CURADO, Marcelo. **Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro**. – Campinas, SP: Economia e Sociedade, v.22, n.3 (49), dez.2013.
- DOS SANTOS, Raul Cristovão. **Perspectiva histórica do desenvolvimento brasileiro: Transformações versus desenvolvimento econômico**. In: O Brasil do século XXI. Antônio Delfim Netto (coord.) – São Paulo: Saraiva, 2011, (Vol.1).
- FURTADO, Celso. **Dialética do Desenvolvimento**. – 2ª Edição: Brasil, Portugal: Editora Fundo de Cultura, 1964.
- HADDAD, Paulo Roberto (org.). **Economia regional: teorias e métodos de análise**. – Fortaleza, BNB. ETENE, 1989.
- IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Estatísticas do Século XX: Contas Nacionais Consolidadas**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pia-produto/tabelas>. Último acesso em: 17/04/2022.
- IEDI – Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial – IEDI na Imprensa – **“Vamos virar uma grande fazenda”: Brasil vive acelerada desindustrialização** – 07/12/2021. Disponível em: https://www.iedi.org.br/artigos/impre-nsa/2021/iedi_na_impre-nsa_20211207_vamos_virar_uma_grande_fazenda_brasil_vive_acelerada_desindustrializac-ao.html. Acesso em: 17/04/2022.
- IPEADATA: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicada/ **Banco de Dados Macroeconômico**. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Último acesso em: 17/04/2022.
- MDIC – Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior. Disponível em: <https://www.gov.br/produ-tividade-e-comercio-exterior/pt-br/assuntos/comercio-exterior/estatisticas/base-de-dados-bruta>. Último acesso em: 17/04/2022.
- MENDES, Philipe Scherrer; AMARAL, Pedro Vasconcelos Maia do; CARVALHO, Lucas Resende de; ROCHA, Gustavo de BRITTO. **Condicionantes territoriais do salário industrial brasileiro: uma análise municipal para a indústria de transformação** – 2000 a 2016 – Fortaleza: Revista Economia NE, v.52, n.4, out./dez., 2021.



PEREIRAJR, Edilson Alves. **A indústria de calçados no Brasil diante da reestruturação territorial e produtiva**. In: O novo mapa da indústria no início do século XXI. Eliseu Savério Sposito (org.). – 1ª ed. – São Paulo: Editora da Unesp Digital, 2015.

RAIS/MTE: **Relatório Anual de Informações Sociais** – Ministério do Trabalho e do Emprego. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-previdencia/pt-br>. Último acesso em: 17/04/2022.

RIBEIRO, Fernando J.; POURCHET, Henry. **O comércio exterior brasileiro de calçados e têxteis: desempenho e indicadores por grupos de produtos**. – FUNCEX: Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, TD nº152, julho de 2000. Disponível em: <http://www.funcec.org.br/publicacoes/tds/TDFUNCEX152.pdf>. Último acesso em: 17/04/2022.

ROMÃO, Maurício Costa. **Estrutura Produtiva e Padrão e Desenvolvimento no Brasil**. – Recife: Cad.Est.Soc.v.4, n.1, jan./jun., 1988.

SINDIFRANCA: Sindicato da Indústria de Calçados de Franca – **Nova Estatística NICC**, dezembro de 2018. Disponível em: <https://www.sindifranca.org.br/estatisticas.html>. Último acesso em 17/04/2022.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development: State of Comunity Dependence 2019, 15 October 2019, https://unctad.org/system/files/official-document/ditccom2019d1_en.pdf

UNIDO – United Nations Industrial Development Organization – **Statistical Country Briefs**. Disponível em: <https://www.unido.org/resources-statistics/statistical-country-briefs>. Último acesso em: 17/04/2022.

UNSTAD – United Nations Statistics Division (National Accounts).

